*ISBN 978-85-7846-455-4*

**PRÁTICAS DE LETRAMENTO EM LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA SURDOS: ANÁLISE DO GÊNERO CARTA PESSOAL**

Josiane Junia Facundo

Universidade Estadual de Londrina-UEL

josiane.almeida@yahoo.com.br

André Luis Onório Coneglian

Universidade Estadual de Londrina-UEL

andré.coneglian@gmail.com

Cleusa Camargo de Oliveira

Universidade Estadual de Londrina

cleusa\_loira@hotmail.com

Rafaeli Constantino Perez

Universidade Estadual de Londrina-UEL

rafaeli.cpv@gmail.com

Eixo 2: Educação, Diversidade e Direitos Humanos

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo analisar práticas de letramento em língua portuguesa como segunda língua, comparando textos escritos de dois surdos adultos, falantes de Libras, com experiências distintas. Os dois textos possuem em comum o gênero carta pessoal e datam da mesma época, finais da década de 90. Serão analisadas as construções sintáticas dos textos considerando a estrutura da L1 e possíveis transferências, bem como a adequação do texto no que se refere ao gênero carta pessoal, entre outras características de aprendizes de L2. As bases teóricas partem dos estudos de Letramento (Soares,1998; Fernandes, 1998); e das teorias de aquisição da linguagem (Quadros,2008; Domíngues, 1996) Os resultados das análises confirmam que a aquisição da língua de sinais pela criança surda desde os primeiros anos de vida é essencial para a aprendizagem de uma segunda língua.

**Palavras-chave**: Libras. Língua Portuguesa. Práticas de Letramento**.**

**Introdução**

Pesquisas realizadas no contexto brasileiro, a partir da década de 80 (FERREIRA-BRITO,1995; SKLIAR,1997; FERNANDES,1998), sobre bilinguismo enquanto proposta educacional para alunos surdos vêm contribuindo para que as pessoas surdas sejam narradas dentro de um discurso linguístico e cultural em detrimento de uma visão patológica, predominante no final do século XIX e no século XX. Ao mesmo tempo os estudos linguísticos no Brasil se esforçam para desmitificar concepções equivocadas em relação à Língua de Sinais (QUADROS E KARNOPP, 2004), demostrando, por meio de análises contrastivas, que essa língua possui todas as propriedades linguísticas necessárias para receberem status de língua, e a seus “falantes” atribui-se a capacidade inata para adquiri-la como primeira língua (L1).

No entanto, afirma-se a situação bilíngue dos surdos, visto estarem imersos em contexto linguístico onde predomina o uso da língua portuguesa (LP). Vóvio e Souza (2005) consideram que as práticas de leitura e escrita estão relacionadas ao contexto sócio-histórico e cultural dos sujeitos. Desse modo, não cabe ignorar a importância da língua portuguesa (LP) na educação de pessoas surdas, ou mesmo na sua aquisição, independente de instrução formal, como ocorre em alguns casos com surdos sem muita escolarização, que aprendem a utilizar-se do código escrito da LP para lidarem com situações cotidianas.

Nesse sentido, as pessoas surdas no Brasil podem ser comparadas com um estrangeiro em contexto de imersão no que se refere à aprendizagem de Português como L2, contudo diferem-se do estrangeiro no sentido de que a modalidade mais urgente será a escrita, visto que, os processos cognitivos para aquisição de L2 nas pessoas surdas se concentram no sentido visual, por isso todas as experiências visuais passam a ter maior significado. Há, ainda, questões que colocam os surdos em desvantagem em relação ao estrangeiro, aprendiz de L2 em contexto de imersão, que diz respeito ao fato de muitas vezes não terem contato com a língua de sinais como L1 antes da idade escolar, visto que seus pais, ouvintes, não conhecem ou dominam essa língua, privando-os assim de uma aquisição natural em idade própria.

Estudos de aquisição da linguagem em crianças surdas, filhas de pais surdos, que tiveram contato com a Língua de Sinais desde o berço, demonstram que essas crianças passam pelos mesmos estágios de aquisição da linguagem que as crianças ouvintes, filhas de pais ouvintes, o que demonstra não haver prejuízo linguístico ou cognitivo no ensino da modalidade viso-espacial para crianças surdas, quando em tempo hábil (Quadros, 1997; Domínguez,1996).

Sabe-se da importância da L1 na aquisição da L2, daí os esforços na criação de programas de educação bilíngue que contemplem a criança surda na mais tenra idade. Temos assim pessoas surdas que adquirem e utilizam a língua portuguesa de diferentes formas e nas mais diversas situações em seu dia-a-dia, nas interações com o mundo da escrita. De acordo com Vóvio e Souza (2005) os sujeitos, embora situados numa mesma sociedade são condicionados por ela e trilham percursos singulares. Sendo assim, o domínio da L2 irá depender das experiências singulares, que se referem à idade de aquisição da L1, a forma como se dá o seu contato com a língua escrita, entre outros. Segundo Cerutti e Rizzatti (2009, p.4) “Entender o que os homens fazem com a escrita implica entender os homens na configuração social, cultural e histórica em que vivem”.

Este artigo tem por objetivo comparar textos em língua portuguesa de dois surdos adultos, falantes de Libras, com experiências distintas, sendo um proveniente de família de surdos, que já teve contato com a Libras desde o nascimento; e o outro proveniente de família de ouvintes, fruto do ensino de base oralista, sendo oralizado.

Os dois textos possuem em comum o gênero carta pessoal e datam da mesma época, finais da década de 90. Serão analisadas as construções sintáticas dos textos considerando a estrutura da L1 e possíveis transferências, bem como a adequação do texto no que se refere ao gênero carta pessoal, entre outras características de aprendizes de L2.

A questão que orientará as análises é: A aquisição da L1 em tempo hábil, interfere no processo de letramento das pessoas surdas em L2?

**O surdo e sua condição bilíngue no Brasil**

No início da década de 1990, tivemos os primeiros estudos e consequentemente as primeiras obras que tratavam da condição bilíngue do surdo no Brasil. Ferreira-Brito foi precursora nos estudos sobre línguas de sinais brasileiras e em sua obra intitulada “integração social e educação de surdos (1993)”, considerou que, devido ao ensino oralista, os surdos dominavam parcialmente o Português, falavam com dificuldade e eram dificilmente compreendidos pelas pessoas ouvintes; além disso, sua escrita era como de um estrangeiro. Essa situação se impunha ao sujeito surdo pelo fato de a aquisição da Libras, como L1, dar-se de forma tardia; em alguns casos, já na fase adulta.

A condição linguística das pessoas surdas, no período em que a língua de sinais foi proibida nas escolas de surdos, era realmente crítica, e no Brasil, até os anos 90, ainda havia educadores e linguistas que não aceitavam a língua de sinais, vendo a Libras como consequência de uma patologia e não como língua (Ferreira-Brito, 1993).

Por muito tempo a língua de sinais foi vista como empecilho à aprendizagem da língua oral, o que oportunizaria as pessoas surdas a se tornarem quase como os ouvintes (Bernardino, 2000). Nessa concepção oralista, a língua de sinais era inferior, bem como seus falantes; experiência muito semelhante à vivida por povos indígenas brasileiros, que tiveram sua língua estigmatizada, proibida e, e em muitos casos, extinta (Oliveira, 2004). Quando não há reconhecimento do prestígio de uma língua e o desejo de apagamento desta, o próprio termo língua é economizado para referencia-la. Assim, a Libras foi antes denominada “mímica”, “gestos”, “linguagem dos sinais”.

A partir dos anos 90, inicia-se a luta pelos direitos linguísticos dos surdos brasileiros, organizados em congressos, seminários e cursos; e em passeatas pelo reconhecimento da Libras, que então passa a se fazer conhecida pela população ouvinte. Porém seu reconhecimento legal se deu através da Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Contudo, já na referida lei, a expressão “a Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa” lhes impõe a condição bilíngue no que diz respeito ao uso da escrita. Nesse momento, já havia estudos no Brasil sobre a escrita de sinais (sign writing), porém, essa nem mesmo foi citada no documento.

O decreto 5626 de 22 de dezembro de 2005, ao regulamentar a Lei 10.436/02 buscou assegurar, entre outros direitos, educação bilíngue e condições favoráveis à aquisição, desenvolvimento e utilização das duas línguas em questão para as pessoas surdas no Brasil.

Apesar de grandes avanços na legislação brasileira, a realidade ainda lhes é desafiadora. São poucos os professores qualificados para o ensino da língua portuguesa como segunda língua; os cursos específicos para formar esses profissionais são escassos e concentram-se em algumas capitais do país.

A situação das pessoas surdas no Brasil é muito próxima
à de outras minorias linguísticas, que vivem um bilinguismo social, que de acordo com Gesser (2006), ocorre quando o uso das duas línguas é indispensável para o indivíduo e ainda assim, essas pessoas pertencentes a grupos minoritários não são vistos, e também não se veem, como bilíngues. Nas palavras da autora:

nos casos em que são vistos e/ou que se consideram bilíngües é quase sempre um bilingüismo pensado em termos de problema e não de recurso. E porque isto ocorre? Certamente porque a concepção tradicional e cristalizada que se tem de bilingüismo é aquela que considera bilíngüe o indivíduo que fala duas línguas orais de prestígio – línguas majoritárias, portanto. Ocorre daí um apagamento e/ou um não reconhecimento lingüístico das línguas minoritárias, já que são desprestigiadas socialmente. (GESSER, 2006, p.48).

Para Rampton, (apud Maher ,2010, p. 38), “a identidade linguística do sujeito bilíngue refere-se às interpretações culturais das relações que o falante estabelece com as línguas que compõem seu repertório verbal”. De acordo com essa autora, é importante que o pesquisador em políticas linguísticas investigue a relação dos falantes com as línguas.

Ser bilíngue nos dias atuais é uma grande vantagem, pois, quanto mais línguas um falante domina, maiores as oportunidades que lhe surgirão. Quadros e Campello (2010, p.29) ressaltam que “há um movimento que olha com bons olhos o plurilinguismo, pois ‘ser cidadão do mundo’ passou a representar algo positivo [...] mais poder, mais elasticidade cognitiva, mais flexibilidade social, etc.”

Para as pessoas surdas a língua portuguesa, fora dos muros oralistas, deixa de ser a vilã, imposta e usurpadora de sua língua natural. Ao invés disso, cada vez mais a língua portuguesa é utilizada por elas com os mais diversos fins, como meio de comunicação e informação.

**Letramento em Língua Portuguesa como L2**

Por muito tempo, os esforços investidos na alfabetização de surdos seguiram o mesmo curso dos métodos adotados para as crianças ouvintes. Os resultados foram o baixo rendimento e a evasão escolar. A procura pela continuidade dos estudos via EJA é prova concreta desse fato.

Nas últimas décadas, o conceito de Letramento e suas discussões foram sendo apropriados pelos pesquisadores da área da surdez. Alguns autores observam que o letramento tem se constituído como um “caminho possível para a apropriação do português como segunda língua, de forma significativa pelos estudantes surdos, pela incursão visual nas práticas de leitura e escrita” (FERNANDES, 2008, p. 14).

Considera-se que os surdos não podem ser alfabetizados como os ouvintes, mas podem apropriar-se de práticas sociais de leitura e escrita, mudando sua condição de mero espectador social para protagonista. Daí a ideia de Letramento para surdos, visto que “letramento é o estado daquele que não só sabe ler e escrever, mas que também faz uso competente e freqüente da leitura e da escrita, e que, ao tornar-se letrado, muda seu lugar social, seu modo de viver na sociedade, sua inserção na cultura” (Soares, 1998, p.36-37).

Fernandes (1998) realizou uma pesquisa que teve como finalidade encontrar aspectos comuns em textos produzidos por alunos surdos, a fim de identificá-los como especificidades discursivas caracterizando, portanto, linguisticamente, tais produções.

Bernardino (1999), em seu trabalho, também analisa as produções escritas de surdos, ressaltando a lógica nessas produções que por serem permeadas pelas experiências em língua de sinais, cuja estrutura se diferencia da língua portuguesa, podem parecer absurdo.

Essas pesquisas realizadas na década de 90 buscaram identificar os usos da escrita por sujeitos surdos, a partir de suas produções normalmente realizadas no contexto escolar. Poucos pesquisadores da área da surdez se empenham em analisar os usos da escrita em contextos não-escolares.

É importante destacar que as políticas de inclusão social favorecem a participação das pessoas surdas em diferentes contextos, como profissionais de áreas distintas, estudantes, professores, entre outros papeis sociais que lhes são atribuídos. Ao assumir tais papeis, os sujeitos surdos se veem diante da necessidade de dominar a escrita para se comunicarem com ouvintes não-falantes de Libras, para se manterem informados e para resolverem problemas do cotidiano em geral.

Além disso, os surdos, mesmo não-escolarizados ou com pouca escolarização têm feito uso da escrita nas redes sociais e no uso de outras tecnologias para se comunicarem. Buscam uma inclusão social e digital em que “interesses, ambientes e anseios são diferenciados e abrangentes” (CORRADI, 2007).

O subtítulo seguinte traz as análises do uso da língua portuguesa para correspondência entre amigos. Nesse caso, verifica a apropriação do gênero carta por pessoas surdas para fins pessoais, de relacionamento com pessoas ouvintes.

**Análise estrutural do gênero carta em dois sujeitos surdos**

As duas cartas analisadas, compreendem o final da década de 90, sendo a carta 1 enviada em fevereiro de 1999 e a carta 2 em dezembro de 1998. As duas cartas foram enviadas para o mesmo destinatário, ouvinte, intérprete de Libras, que aparece com nome fictício de “Maria”.

Os sujeitos remetentes das cartas são identificados pelas cartas. Assim o remetente 1 será identificado pela carta 1 e o remetente 2 pela carta 2.

O remetente 1 é surdo desde os primeiros dias de nascimento, filho de pais ouvintes, é oralizado e começou a aprender Libras com 12 anos de idade. O remetente 2 é surdo de nascença, de pais surdos e dois irmãos surdos, sendo considerado como um “surdo nativo” (Bernardino, 2000; 2012), visto ter contato com a Libras já nos primeiros anos de vida como L1.

Foram analisados apenas alguns trechos de ambas as cartas, na medida em que considerados relevantes.

De acordo com Vilarinho (2017), o gênero carta pessoal possui a seguinte estrutura: 1. local e data escritos à esquerda, 2. vocativo, 3. corpo do texto e 4. despedida e assinatura. A análise busca seguir essa mesma ordem estrutural.

Os quadros a seguir trazem a reprodução digitada, buscando obedecer a estrutura textual original dos textos. Optou-se pela não digitalização dos documentos por motivos de manter o sigilo e o anonimato dos participantes.

CARTA 1: Excerto 1

|  |
| --- |
| 12-02-99  Oi, Maria!!Tudo bem! |

CARTA 2: Excerto 1

|  |
| --- |
| Curitiba, 28 de dezembro de 1998.Querida Maria!Tudo bem? |

Pode-se observar que tanto o remetente da carta 1 quanto o da carta 2 possuem conhecimento da ordem estrutural do gênero, porém o da carta 2 mostrou maior preocupação ao aspecto formal, o que se percebe no modo de datação (local e data) e no uso do vocativo “querida”, enquanto o remetente da carta 1 se pronunciou como se estivesse em uma situação informal, como se a amiga estivesse presente pessoalmente.

Ainda assim, pode-se afirmar que houve esforço do remetente 1 em seguir a estrutura da L2, ainda que baseado em uma situação oral, visto que em Libras o uso do vocativo não é nada comum. As pessoas surdas não se cumprimentam como os ouvintes; normalmente utilizam as expressões “oi”, “tudo-bem?” direto. Nesse caso, houve tentativa de seguir um gênero escrito da L2, mas em parte, pode-se dizer que também houve transferência da “cultura interacional” desses sujeitos (MAHER, 1996) para a escrita da L2, considerando que em nenhuma das cartas é encontrada a expressão “como vai?” ou ainda “tudo bem com você?”, que seriam mais comuns em cartas escritas por pessoas ouvintes e falantes de Língua Portuguesa.

Os excertos a seguir são referentes ao corpo do texto:

CARTA 1: Excerto 2

|  |
| --- |
|  Já passou Natal é bom e família e surdos também foi legal. Mas Ano Novo mais ou menos mesmo família. Só. |

Neste trecho pode-se observar uma estrutura muito mais próxima da Libras, um fenômeno de transferência. Isso é muito comum nas produções de pessoas surdas, falantes de Libras. Embora a sintaxe seja mais próxima a Libras, ocorre o uso de elementos da LP, inexistentes na estrutura da Libras. Como o uso de algumas conjunções por exemplo, que no excerto 2 da carta 1 aparecem duas vezes a conjunção aditva “e”.

Bickerton (apud Bernardino, 2000, p.109) destaca nas produções de surdos, o uso de “artigos, preposições, complementizadores e marcas de tempo e aspecto”, que podem aparecer, mas sem muita coerência. Como se pode observar no excerto 3, da carta 1.

CARTA 1: Excerto 3

|  |
| --- |
| Agora João ficou muito vitória p/ mim porque eu sábia tudo que ele falou tudo. Aí Maria conversa p/ ele. |

Nesse excerto, aparece a preposição “para” (p/) duas vezes, mas de forma inadequada, principalmente na segunda vez, que aparece no lugar da preposição “com”.

CARTA 2: Excerto 2

|  |
| --- |
| Recebi a tua carta e fiquei muito feliz.Eu vou mandar a minha foto na próxima, tenho que revelar.Eu tirei as férias no dia 16/12.... |

Nessa carta 2, observa-se o uso do artigo onde este seria dispensável, porém não de forma inadequada. Além disso, o uso de pontuações é mais frequente e adequado à norma padrão do que na carta 1. O que se pode constatar melhor no excerto a seguir:

CARTA 2: Excerto 3

|  |
| --- |
| Sim, claro! Eu não gostei de Faxinal, muitas pessoas... |

Na sequência da estrutura do gênero, seguem os excertos referentes à despedida e assinatura dos sois remetentes.

CARTA 1: Excerto 4

|  |
| --- |
| Eu mandei mil beijos e abraços p/ você.Me escreva a carta me resposta ok! Seu amigo p/ sempre (Assinatura do remetente 1) |

CARTA 2: Excerto 4

|  |
| --- |
| O que você ganhou de Natal?Bom, vou parando por aqui! 1.000 beijos (Assinatura do remetente 2) |

Em ambas as cartas podem ser encontrados elementos que sugerem a continuação do contato por correspondências. Na carta 1, o remetente solicita uma resposta e na carta 2 o remetente faz uma pergunta ao destinatário. Pode-se encontrar um elemento muito comum nessa etapa do gênero carta pessoal, que é a despedida de forma afetiva, com beijos e abraços.

Pelos excertos pode-se observar que o remetente da carta 1 possui menos domínio dos aspectos formais da L2 do que o remetente da carta 2, tanto pela disposição sintática dos elementos quanto pela ortografia. Porém ambos os remetentes mostraram conhecimento e familiaridade com o gênero carta pessoal.

**Considerações finais**

 As análises demonstraram que as pessoas surdas utilizam a língua portuguesa com objetivos comuns aos ouvintes. Desse modo, fazem uso da escrita para se inserirem na sociedade e se apropriam da cultura e dela participam por meio da escrita.

 O que pesquisadores da linguagem têm ressaltado, ao considerarem que a aquisição da língua de sinais de forma natural nos primeiros anos de vida favorecem a aprendizagem de uma segunda língua ficou evidente ao observar o domínio dos aspectos formais da L2, na carta 2, cujo remetente é falante nativo de Libras.

 A aquisição da L2 se dá de formas diferentes entre as pessoas surdas, pois possuem histórias de vida que favorecem maior ou menor contato com a escrita ao longo da vida. Porém a utilização da escrita deve ser incentivada e não inibida na escola. Deve-se considerar o aspecto semântico de suas produções e respeitar as características singulares de suas produções escritas para que as práticas de letramento em Língua Portuguesa se tornem cada vez mais ricas e significativas.

**Referências**

BERNARDINO, E. L. Absurdo ou lógica? O surdo e sua produção linguística. Profetizando Vida: Belo Horizonte, 2000.

BERNARDINO, Elidéa Lúcia Almeida. O uso de classificadores na língua de sinais brasileira. ReVEL, v. 10, n.19, 2012. [www.revel.inf.br].

BERNARDINO, E. L. A**. A construção da referência por surdos na LIBRAS e no português escrito**: a lógica no absurdo. 1999. 318 f. Dissertação de Mestrado. UFMG, Belo Horizonte. 1999.

BRASIL. Decreto Federal n 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 2005.

CORRADI, J. A. M. **Ambientes informacionais digitais e usuários Surdos**: questões de acessibilidade. 2007. 214 f. Dissertação de Mestrado. UNESP, Marília. 2007.

DOMÍNGUEZ, Maria Eugenia. La família y el bebe sordo- algunos fundamentos linguísticos y psicopedagógicos para decisiones difíciles. In: El bilinguismo de los sordos. Santafé de Bogota: Ministerio de Educacion Nacional: INSOR,1996.

FERNANDES, S. **Surdez e linguagens**: É possível o diálogo entre as diferenças? 1998. 228 f. Dissertação de Mestrado. UFPR, Curitiba. 1998.

FERNANDES, Sueli. **Letramento na educação bilingue para surdos**: caminhos para a prática pedagógica. In: Maria Célia Lima Fernandes; Maria João Marçalo; Guaraciaba Micheletti. (Org.). A língua portuguesa no mundo. São Paulo: FFLCH, 2008, p. 1-30.

FERREIRA-BRITO, Lucinda. Integração Social e Educação de Surdos. Babel: Rio de Janeiro,1993.

GESSER, Audrei. “**Um olho no professor surdo e outro na caneta”:** ouvintes aprendendo a Língua Brasileira de Sinais, 2006, [s.n.]. Tese de Doutorado- UNICAMP, Campinas, SP. 2006.

MAHER, T. M. Ser Professor Sendo Índio: Questões de Lingua(gem) e Identidade. Tese de Doutorado, Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, 1996.

OLIVEIRA, Gilvan Muller. Monolinguismo e preconceito linguístico. Disponível em: <http://www.ipol.org.br/ler.php?cod=92> acesso em 10 de janeiro, de 2017.

QUADROS, R; CAMPELLO, Ana Regina e Souza. A constituição política, social e cultural da língua brasileira de sinais- Libras. In: VIEIRA-MACHADO, Lucyenne Matos da Costa; LOPES, Maura Corcini. Educação de Surdos: Políticas, Línguas de Sinais, Comunidade e Cultura Surda. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

VILARINHO, Sabrina. "Carta Pessoal "; Brasil Escola. Disponível em <http://brasilescola.uol.com.br/redacao/carta-pessoal.htm>. Acesso em 04 de fevereiro de 2017.